

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo Class.: 04

Data: 5 de março de 1988 Pg.: _____

Brasil: o abandono dos 'parques de papel'

JOÃO ALBERTO FERREIRA

BRASÍLIA — O Brasil não tem cuidado bem de suas florestas. Dos 12,3 milhões de hectares — menos de dois por cento da área total do País — que o Governo reservou para abrigar seus parques, florestas nacionais e reservas biológicas, 3,6 milhões existem apenas no papel. Os 8,7 milhões de hectares que têm existência real estão sendo invadidos por posseiros, grileiros, garimpeiros, mineradoras, madeireiras, fazendeiros, caçadores e imobiliárias.

“É uma briga difícil”, admite o Diretor do Departamento de Economia Florestal do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), Paulo Viana, que não poupa críticas ao próprio Governo, que arquivou um estudo preparado pelo IBDF, no qual os técnicos mostravam que o Brasil precisa ter, no mínimo, 50 milhões de hectares de reservas:

— O Governo não tem consciência. Só trata melhor o tema quando acontecem tragédias como as enchentes do Rio e do Acre — lamenta Viana.

O projeto para a criação da Floresta Nacional de Tefé, no Amazonas, por exemplo, foi arquivado pelo CSN (Conselho de Segurança Nacional). Está lá há quatro anos, mas ninguém explicou o porquê da demora ao Instituto. Paulo Viana, neste caso, ser resigna. “É complicado co-

brar alguma coisa do CSN”, comenta.

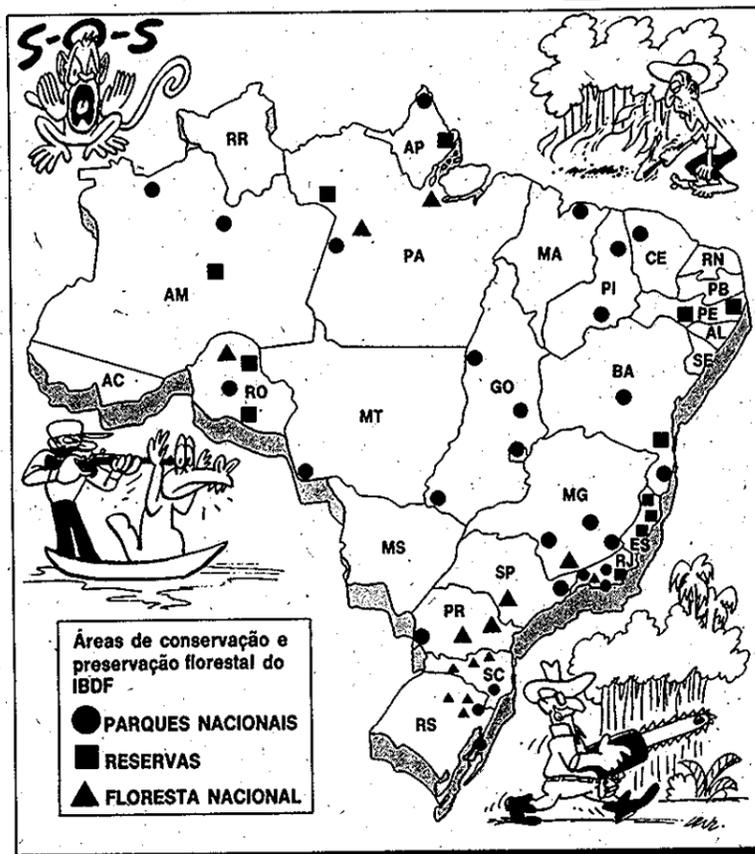
O Diretor do Departamento de Economia Florestal do IBDF reclama que o órgão, que deveria ter oito mil funcionários pelo decreto que o criou, em 1967, tem menos de três mil para executar uma tarefa que vai de traçar a política florestal para o País, proteger a fauna e controlar o desmatamento, a autorizar a exportação de qualquer produto derivado da fauna ou da flora.

O que se assiste, então, é um desmatamento desenfileado que destrói cerca de três milhões de hectares por ano só na Amazônia:

— Pelo satélite, nós assistimos as matas do Brasil se acabarem. Vemos de onde a madeira sai. Mas a olho nu não podemos fazer muito. Com os recursos que dispomos, controlar é quase uma missão impossível.

Um batalhão de cerca de 400 agentes florestais — que ganham pouco mais de um salário mínimo para morar longe de tudo — e um orçamento de CZ\$ 500 milhões para este ano, é só com que conta o IBDF para enfrentar o que Viana chama de “inimigos da natureza”.

Se a situação é ruim ao nível federal, nos parques sob jurisdição dos Estados ou dos Municípios ela é pior. O abandono é total e os Governadores e Prefeitos dizem que não têm recursos para combater a devastação causada por fazendeiros, posseiros, caçadores e outros “inimigos da Natureza”.



A Natureza e seus fortes inimigos

BRASÍLIA — Um bom exemplo dos “inimigos da Natureza” pode ser encontrado na Floresta Nacional de Jamari. Com 215 mil hectares e localizado a cem quilômetros de Porto Velho, em Rondônia, este parque já teve destruídos quatro mil hectares pelas mineradoras Jacundá e Oriente Novo para extrair cassiterita e cerca de mil homens ainda trabalham para as duas empresas dentro da floresta: De Brasília, timidamente, o IBDF pede apenas que as duas mineradoras recuperem o pedaço de terra que arrasaram.

Mas não são só as empresas que prejudicam as reservas brasileiras. O próprio Instituto, que conta com apenas seis pessoas para traçar toda a política de conservação dos parques, também cria problemas. Em 1984, por exemplo, o IBDF levou ao então Presidente João Figueiredo um decreto, que foi prontamente assinado. Só após a assinatura é que se descobriu que dentro dos 600 mil hectares da recém-criada Floresta Nacional de Tapajós, na Amazônia, havia uma cidade de 15 mil habitantes, Avairos, que até hoje luta contra a reserva.

Aliás, boa parte dos 12,3 milhões de hectares que o IBDF reservou para abrigar as florestas tem dono, que continuam com direito de posse, pois

os decretos não têm o poder de desapropriar. Assim, dos cem mil hectares que o Governo reservou para o Parque Nacional da Serra da Bocaina, uma área valorizadíssima no Litoral Sul de São Paulo, o Instituto só controla oito mil.

O Governo já baixou quatro decretos de desapropriação contra os “donos” da Serra da Bocaina. Os quatro tiveram seu prazo legal de validade, de cinco anos, expirado sem que se chegasse a um acordo. O IBDF, para evitar a lentidão da Justiça, tenta negociar um preço com os proprietários. Mas na Serra da Bocaina, isso é quase impossível, pois as terras são muito valiosas.

Situações semelhantes se repetem nas 57 unidades fiscalizadas pelo IBDF. Nem mesmo reservas biológicas como a de Una, na Bahia — criada especialmente para proteger o mi-co-leão-dourado — escapam. Dos 11,4 mil hectares, apenas cinco mil pertencem ao órgão federal.

A situação se torna pior porque boa parte das terras que têm “dono”, e mesmo as controladas pelo IBDF, já foram invadidas. Só em Una, os posseiros tomaram metade dos cinco mil hectares sob jurisdição do IBDF. Nessa área, eles caçam, desmatam e plantam cacáu, banana e seringueiras.